

Parecer:

Despacho:

- ☐ - Conselho Intermunicipal de ____/____/_____
☐ - Presidente ☐ - Vice-Presidente ☐ - 1º Secretário
☐ - Competência Própria ☐ - Competência Delegada

INFORMAÇÃO – 2021.03.31

Assunto: Proposta de não aceitação da transferências de competências em 2021 no domínio da ação social, prevista no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto

Considerando que:

- a) O Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto, no número dois do artigo 24º, sobre a entrada em vigor, consagra que ***“relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que não pretendam assumir as competências previstas no presente decreto-lei podem fazê-lo mediante comunicação desse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República, do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º”***
- b) Deste modo, a produção de efeitos relativamente ao ano de 2021, as entidades intermunicipais **que não pretendam assumir as competências previstas no Decreto-Lei 55/2020, de 12.08.**, podem fazê-lo mediante **comunicação desse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)**, após **prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República**, por **despacho** dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social, **do mapa** com os montantes do Fundo de Financiamento

da Descentralização que são transferidos para os municípios no ano de 2021 e das **portarias** dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social (cfr. Artigos 10º, 11º e 16º/3).

- c) Ora, as mencionadas portarias foram publicadas a 17 de Março – Portarias nºs 63/2021, 64/2021, 65/2021 e 66/2021;
- d) Só a **08.10.2021**, foi publicado o despacho a que se refere o artigo 16º do DL nº 55/2020, de 12.08. - **Despacho n.º 9817-A/2021** – que publicitou o *mapa* com os encargos anuais relativos às competências descentralizadas no âmbito da ação social;
- e) O órgão deliberativo da CIM - Assembleia Intermunicipal - ainda não se encontra instalado para o novo mandato, e só se prevê que tal ocorra no início de 2022. Com efeito, na sequência das eleições autárquicas, todas as Assembleias Municipais dos Municípios que integram a CIM terão de eleger os representantes que vão integrar aquele órgão deliberativo da CIM, procedimentos que ocorrerão nas sessões de novembro/dezembro de 2021;

Propõe-se que, no respeitante ao domínio da ação social, de acordo com o disposto nos preceitos legais mencionados, esta CIM não assuma tais transferências de competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto durante o ano de 2021.

Braga, 30 de novembro de 2021

O Primeiro Secretário do SEI

Dr. Rafael Gomes Amorim